

Previstas emendas ao projeto

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

As lideranças do PDS, do PDT, do PT e do PTB na Câmara votaram contra o requerimento de urgência para a tramitação do pacote econômico do governo, mas se dispõem a examinar o seu mérito, apresentando emendas que possam aprimorá-lo. A bancada do PMDB, embora apoiando a urgência, está dividida e muitos são contra a iniciativa, sobretudo aqueles parlamentares que exercem atividade empresarial. Contudo, o líder do governo, deputado Pimenta da Veiga (MG), garantiu que o elenco de medidas econômicas será aprovado, não havendo necessidade da convocação extraordinária do Congresso. Quase todos se queixam do pouco tempo para a apreciação da matéria.

Pimenta da Veiga manifestou-se contra a fórmula defendida por alguns parlamentares, inclusive as lideranças do PDT e do PT, de convocar extraordinariamente o Congresso, sem o correspondente pagamento dos jêtons pelas sessões extras. "Isso é inconstitucional." O líder governista disse não haver necessidade da medida, porque não somente a urgência, mas o próprio pacote será aprovado.

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, ponderou que seria mais "aconselhável o governo adotar as medidas através de decreto-lei, pois pelo menos teria a certeza de que seriam implantadas".

Já o líder do PDT, deputado Nadir Rosseti, admitiu que a proposta do Executivo tem aspectos positivos e negativos. Informou que o seu partido vai apresentar algumas emendas. Igualmente contrário à urgência, o líder do PTB, deputado Gastone Righi, afirmou que "seria melhor a convocação extraordinária do Congresso, sem o pagamento dos jêtons". Seu partido apresentará 12 emendas ao projeto.

Outro que defendeu a convocação sem o pagamento dos jêtons foi o vice-líder do PT, deputado José Genoíno. Na sua opinião, o Partido dos Trabalhadores poderá atear a iniciativa, mas quer tempo para examiná-la com cuidado e para a emenda-la.

O deputado Francisco Pinto, do PMDB, apresentou emenda fixando em 60 anos a idade com a qual o contribuinte pessoa física terá direito a receber devolução do Imposto de Renda, sem parcelamento. "Receber devolução depois dos 70 anos é arriscado. Pode não chegar a tempo, ou só para o funeral do contribuinte."

URGÊNCIA

"Ganhamos, ganhamos", disse o vice-líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), às 16h15 de ontem, no Plenário, ao ser constatada, na votação eletrônica, a falta de quórum na Câmara para votar o requerimento de urgência na tramitação do pacote do governo, formulado pelos líderes do PMDB e do PFL. O controle da Mesa, porém, registrou mais de 300 deputados na Casa.

A explicação foi fácil: os que não se

retiraram do Plenário não acionaram os botões da votação eletrônica, evitando assim o registro nominal no painel e não dando o quórum mínimo de 240 presentes. Depois, vários deputados foram ao microfone, declinando o nome para efeito de presença — isto é, para fazer jus ao jêton.

O líder Pimenta da Veiga ficou irritado, pela evidência de que no Plenário estavam muito mais do que 204 deputados, conforme registro do painel eletrônico.

PDT CONTRA

A bancada do PDT no Congresso Nacional já se decidiu sobre o "pacote" fiscal do governo: vota contra, segundo informaram ontem os deputados José Colagrossi (RJ) e Aldo Pinto (RS). A queixa dos dois parlamentares reside no fato de o governo haver dado prazo muito curto ao Congresso para examinar assunto de tamanha importância: "Uma matéria dessas deveria ser estudada longamente pelo Congresso Nacional, para que seus reflexos não se façam sentir sobre os assalariados".

Os deputados do PMDB começaram a chegar ontem a Brasília em grande número, atendendo à convocação do presidente da Câmara Ulysses Guimarães, para a votação do "pacote". Afriton Soares, de São Paulo, disse à imprensa que votará favoravelmente à matéria no que diz respeito ao seu aspecto fiscal. Entretanto não votará a favor na venda das ações das estatais. "Não vou aprovar nenhum cavalo de Tróia", argumentou.